

PARECER Nº 75/2021

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 29/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

RELATOR: VEREADOR GILMAR VENDEDOR

RELATÓRIO

De autoria do Vereador Donizete Caldeira, o projeto de lei em epígrafe, que “*autoriza o Poder Executivo a receber, mediante doação, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a área de 914.889,70 m² (novecentos e quatorze mil, oitocentos e oitenta e nove metros e setenta centímetros quadrados) e suas respectivas benfeitorias*”, foi aprovado com uma emenda de redação.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 227 do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Em decorrência da aprovação da emenda de redação, foi dada nova redação ao art.1º do projeto.

Passa-se à conclusão.

CONCLUSÃO

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a redação final a seguir redigida, que está de acordo com o aprovado.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2021.

Vereador GILMAR VENDEDOR
Relator

PROJETO DE LEI N. 29/2021
(Redação Final)

Autoriza o Poder Executivo a receber, mediante doação, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a área que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARINOS, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 85, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Arinos decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a receber do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, mediante doação, a área de 914.889,70 m² (novecentos e quatorze mil, oitocentos e oitenta e nove metros e setenta centímetros quadrados), com suas respectivas benfeitorias, a qual corresponde ao Distrito de Sagarana, registrada sob a Matrícula nº 10.929 no Cartório de Registro de Imóveis do Município de Unaí.

Art.2º. A Matrícula do Imóvel será transferida pelo INCRA na assinatura da escritura pública de doação, e a responsabilidade e obrigação pela manutenção ficam a encargo do Município, após a assinatura da doação.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arinos, 23 de novembro de 2021.

Vereador DONIZETE CALDEIRA